

24/01/2022  
Manoel01  
07

ÀO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA (FAETEC)

Ref: Pregão Eletrônico Nº 002/2021

Processo SEI - 260005/002834/2020

**MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 04.312.370/0001-15, com endereço na av automóvel clube, 02536, sala 01, Vilar dos Teles, São Joao de Meriti, RJ, - Tel. (XX) 3486 0508 e -mail: [licitacao@multiplyservicos.com.br](mailto:licitacao@multiplyservicos.com.br), neste ato regularmente representada por seu Sócio Proprietário, Sr. Thiago Pontes de Souza, RG Nº: 21.399.535-0, CPF/MF Nº. 111.548.607-10, com o habitual respeito apresentar

#### CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto por Vigília Brasil Serviços Ltda ME, já devidamente qualificada nos autos do pregão.

#### DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cabe destacar que nos termos do inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/2002, cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias úteis e em igual prazo os demais licitantes tem para apresentar suas contrarrazões.

Portanto, após a notificação da razoante, esta teria até o dia 24/01/2022 para interpor recurso, razão pela qual é tempestiva as contrarrazões.



### DO OBJETO DESSAS CONTRARRAZÕES

A empresa Recorrente em suas Razões alega de forma resumida que:

- Foi inabilitada por equívocos na planilha de custos e preços podendo ser resolvido por simples diligência.

Ocorre que, como veremos adiante, as Razões do recurso interposto pela recorrente não devem prosperar, e tem estas Contrarrazões o objetivo de afastar de maneira contundente e de forma irrefutável tais retenções, pois descabidas fática e juridicamente, além do objetivo claro da empresa Recorrente em induzir este julgador em erro, objetivando criar confusão ao presente certame.

### DAS CONTRARRAZÕES FÁTICAS E JURÍDICAS

Preliminarmente é imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa. Todavia, cada um dos seus atos devem ser conduzidos em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais.

Neste sentido, elucidamos as palavras do renomado Hely Lopes Meirelles, vejamos:

“A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos.”[1]

De pronto, concluímos que não há como se falar em proposta mais vantajosa como a Recorrente quer denotar, que não esteja em consonância com as normas do edital e os

princípios que regem a licitação. Assim, veremos pontualmente que a recorrente não apresentou a proposta mais vantajosa, bem como não atendeu as exigências do edital.

Ao suscitar que a decisão proferida pelo pregoeiro é inválida sem a presença do *amicus curiae*, além de afirmar que a figura da pregoeira não possui competência para analisar as condições de habilitação, a recorrente incide em erro grave de conhecimento acerca das competências do pregoeiro.

O Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, dispõe no artigo 17, o seguinte:

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

II – Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

V – Verificar e julgar as condições de habilitação;

VII – receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII – indicar o vencedor do certame; [2] (grifamos)”

Mediante a simples leitura do supracitado artigo, resta cristalino os poderes designados aos pregoeiros, que entre outras competências, esta incumbido de verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital.

No mais, o parágrafo único do referido artigo, dispõe que “o pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.”

Ora, resta claro que o pregoeiro PODERÁ solicitar manifestação técnica. Logo, conclui-se que, a presença do *amicus curiae* não é obrigatória.

Ademais, apesar de possuir os poderes questionados pela recorrente, em consulta atenta aos documentos que compõem o certame, é possível detectar uma série de inconformidades nos lotes participantes, o Recorrente não apresentou o acervo técnico do administrador solicitado no item 12.5.2.1 do Edital, as certidões de tributos municipais existem débitos parcelados, seu contrato de prestação de serviços não está autenticado.

A verdade é que a empresa Recorrente, busca uma interpretação duvidosa do edital a qual encontra -se vinculada, já que não cumpre com uma série de exigências do edital que não o habilita para execução dos serviços.

Diga -se de passagem, que não apenas ela, mas também os demais participantes do certame e a própria Administração, conforme reza a Lei de Licitações, vejamos:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;” (grifamos).

Nesse sentido, destacamos as lições da ilustre Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.

O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).”[3] (grifamos).

Assim, ainda em consulta à doutrina acerca da temática, relembramos as palavras de Hely Lopes Meirelles, segundo o qual definiu que o edital “é lei interna da licitação” e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

Frisa -se, mais uma vez que, inexistente proposta mais vantajosa sem o cumprimento das normas editalícias. Outrossim, revela -se perceptível que a recorrente não apresentou a documentação exigida no edital e a fim de cobrir sua ausência de atenção e diligência ante a preparação dos documentos correlatos ao pregão, busca desmerecer a decisão do pregoeiro.

Aqui, a Recorrente assevera erros de sua planilha dos quais poderiam ser sanadas em diligência, no entanto tal fato se torna acessório ao descumprimento dos outros itens enumerados acima.

Portanto, tal argumento encontra -se rechaçado.

No entanto se faz necessário esclarecer que a justificativa do Recorrente em imputar erros na planilha da Empresa Recorrida, mais uma vez se desmonta, sendo demonstrado neste Recurso a intenção clara da Recorrente em criar confusão ao certame por ter sido inabilitada.

Com relação a alegação da empresa Multiply acostar convenção Coletiva de trabalho distinta, cabe demonstrar mais uma vez que o Recorrente se equivoca na medida que estamos falando de vigia desarmado e não vigilante, estando o referido item em total acordo com a CCT apresentada.

Existem de forma clara a diferença Vigia: é o profissional que desempenha atividades de vigiar as dependências das indústrias, dos comércios ou das residenciais. Vigilante: requer curso de formação em academia. Atua em segurança privada, vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada e segurança pessoal.

Assim resta claro que não é o caso

#### DOS PEDIDOS

Conforme os fatos e argumentos apresentados nestas CONTRARRAZÕES RECURSAIS, solicitamos como lúdima justiça que:

A – A peça recursal da recorrente seja conhecida para, no mérito, ser INDEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos;

B – Seja mantida a decisão do Douto Pregoeiro, declarando a desclassificação da empresa TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS, conforme motivos já expostos pela flagrante ausência de documentação exigida expressa e objetivamente no edital;

C – Caso a Douto Pregoeiro opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

P. Deferimento.

São Joao de Meriti, 24 de janeiro de 2022

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Thiago Pontes de Souza  
Sócio  
RG 213995350 DIC/RJ  
CPF 111.548.607-10

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA.

Av. Automovel Clube, 2536 - Sala 1  
Vilar dos Teles - CEP 25561-170  
São João de Meriti - RJ

[1] MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: RT, 1990, p. 23.

[2] [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm)

[3] PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299.

[4] <https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1179564174/apelacao-civel-ac-10374805220198260576-sp-1...>

[5] [http://www.abifina.org.br/arquivos/legislacao/resolucao\\_rdc\\_n\\_16\\_de\\_1\\_de\\_abril\\_de\\_2014.pdf](http://www.abifina.org.br/arquivos/legislacao/resolucao_rdc_n_16_de_1_de_abril_de_2014.pdf)